

## AS MUDANÇAS NO MERCADO DE TRABALHO EM PRESIDENTE PRUDENTE: UMA ANÁLISE DO SETOR INDUSTRIAL\*

Maria Terezinha Serafim GOMES<sup>1</sup>

Eliseu Savério SPOSITO<sup>2</sup>

**Resumo:** Nas últimas décadas, as mudanças estruturais, tecnológicas, produtivas e organizacionais vêm se refletindo no mundo do trabalho. No presente texto, propomos uma abordagem geográfica do mercado de trabalho e do desemprego, cujo objetivo principal é explicar como o mercado de trabalho está estruturado, e como suas transformações e o desemprego se manifestam numa *cidade média* (Presidente Prudente). Para isso, buscamos compreender as mudanças estruturais do capitalismo, dentre as quais a globalização, as políticas neoliberais e a Terceira Revolução Industrial, suas repercussões no mercado de trabalho e suas conseqüências para o desemprego, nas escalas global e local. Como fonte de dados, utilizamos o perfil dos cadastrados à procura de emprego através da SERT (Secretaria de Emprego e Relações de Trabalho) e informações obtidas pela coleta direta de dados através da aplicação de questionários. Com isso, procuramos mostrar como as transformações, que ocorreram no mercado de trabalho em Presidente Prudente, implicaram em novas atitudes empresariais.

**Palavras-chave:** Mercado de Trabalho; Cidade; Setor Industrial e Força de Trabalho.

\* Este texto faz parte da dissertação de mestrado intitulada: A Dinâmica do Mercado de Trabalho Formal: uma análise do setor industrial em Presidente Prudente, defendida em dezembro de 2001 no Programa de Pós-Graduação em Geografia - UNESP, Presidente Prudente/SP, financiada pela FAPESP e sob orientação Prof. Dr. Eliseu Savério Sposito.

<sup>1</sup> Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-graduação - Universidade Estadual Paulista - UNESP - Presidente Prudente/SP. E-mail: [serafimgomes@hotmail.com](mailto:serafimgomes@hotmail.com)

<sup>2</sup> Geógrafo do Departamento de Geografia - Universidade Estadual Paulista -UNESP - Presidente Prudente/SP, livre docente e pesquisador do CNPq. E-mail: [sposito@prudente.com.br](mailto:sposito@prudente.com.br)

**Resumen:** En las últimas décadas, las modificaciones estructurales, tecnológicos, productivas y organizacionales vienen reflejando en el mundo del trabajo. En este texto, nos proponemos hacer un abordaje geográfica del mercado de trabajo y del desempleo, cuyo objetivo principal es explicar como el mercado de trabajo es estructurado, y como sus transformaciones y el desempleo se manifiestan en una *ciudad intermedia* (Presidente Prudente). Para ello, buscamos comprender las modificaciones estructurales del capitalismo, dentre las cuales la globalización, las políticas neoliberales y la Tercera Revolución Industrial, sus repercusiones en el mercado de trabajo y sus consecuencias para el desempleo, en las escalas global y local. Como fuente de datos, utilizamos el perfil de los cadastrados en busca de empleo a través de la SERT (Secretaria de Empleo e Relações de Trabalho) y informaciones obtenidas por la busca de datos por encuestas. Con eso, procuramos mostrar como las transformaciones que ocurrieron en el mercado de trabajo en Presidente Prudente, implicaron en nuevas actitudes empresariales.

**Palabras-lhave:** El Mercado del Trabajo; La Ciudad; El Sector Industrial e La Fuerza de Trabajo.

## I. INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, as mudanças econômicas, em nível mundial, acarretaram transformações no processo produtivo e nos padrões do trabalho, contribuindo para o aumento do desemprego. Por essa razão, as empresas passaram a buscar maior flexibilização no uso do capital e do trabalho, objetivando a reduzir seus custos de produção, especialmente aqueles custos decorrentes do preço da mão-de-obra.

As novas formas de articulações do capitalismo mundial no final do século XX levaram a economia em direção a uma crescente (e aparente) desordem econômica e social, conseqüentemente à desestruturação do mundo do trabalho.

No Brasil, a partir da década de 1980, as mudanças no âmbito econômico, determinadas por inúmeras tentativas de planos de estabilização da economia, pela abertura comercial e financeira, pela implantação do modelo de integração ao capital internacional, baseado na lógica de mercado e na doutrina do neoliberalismo, levaram as empresas a buscar por ajustes aos seus padrões produtivos e gerenciais e por novas formas de organização de produção e de trabalho.

Por isso, as empresas buscam adaptar-se às novas exigências de competitividade para garantir sua presença na nova configuração do mundo globalizado. As mudanças que ocorreram em seus padrões produtivos vêm promovendo alterações na estrutura e na dinâmica do mercado de trabalho, tendo como conseqüência: 1) o desemprego; 2) a precarização das condições e relações de trabalho; 3) a diminuição do emprego industrial; 4) a redução do trabalho assalariado com registro e aumento do trabalho sem registro em carteira, ou seja, do trabalho temporário. Como conseqüência disso, temos: a) um aumento da participação do setor informal; b) mudança nas formas de produção para o trabalho denominado flexível; e c) o agravamento da exclusão social.

Com essas mudanças na organização do trabalho, as empresas buscam, cada vez mais, o profissional mais qualificado e polivalente – aquele também conhecido como multifuncional. Para garantir as

mudanças, elas passam a defender a desregulamentação e flexibilização do mercado de trabalho. Difunde-se, assim, a idéia segundo a qual a legislação trabalhista onera o preço da mão-de-obra, incidindo sobre o custo da produção e, conseqüentemente, sendo responsável pelo desemprego. Se, por um lado, isso tem levado à precarização das relações de trabalho, por outro lado, o número de empregos vem diminuindo constantemente, em contraposição ao número de pessoas desempregadas e em idade economicamente ativa.

As discussões realizadas, neste texto, permitem-nos compreender as transformações que vêm ocorrendo no mundo contemporâneo, resultantes dos processos de globalização, baseadas em políticas neoliberais e que incidem diretamente na reestruturação capitalista no que tange à organização do processo produtivo e do trabalho. Tais transformações têm se refletido no mercado de trabalho, como já afirmamos acima.

A partir destas considerações, buscamos compreender algumas características do mercado de trabalho em uma cidade média (Presidente Prudente), analisando suas mudanças e como o desemprego af se manifesta.

Inicialmente, abordamos as mudanças globais e seu reflexo no mundo do trabalho. Em seguida, analisamos as alterações ocorridas na estrutura e na dinâmica do mercado de trabalho no Brasil para, posteriormente, apresentar os dados empíricos da pesquisa realizada. Mostramos, inicialmente, o perfil das pessoas que procuram emprego através da Secretaria do Emprego e Relações de Trabalho (SERT) e, depois, as mudanças que ocorreram no mercado de trabalho em Presidente Prudente nos últimos anos.

### 3. AS MUDANÇAS GLOBAIS E SUA REPERCUSSÃO NO MUNDO DO TRABALHO

Nos últimos anos, as mudanças estruturais, tecnológicas, produtivas e organizacionais têm se refletido no mundo do trabalho. Tais mudanças consistem na reestruturação produtiva e têm como características: de um lado, o aumento do progresso técnico, o incremento de novas tecnologias (revolução técnico-científica), visando o aumento da produtividade e da competitividade e, do outro lado, a constituição de um mercado de trabalho cada vez mais competitivo e seletivo. Essa tendência já é demais conhecida como sendo resultado das mudanças do fordismo para o sistema de produção flexível, o que trouxe insegurança ao trabalhador por causa do aumento do desemprego.

A partir das últimas crises do capitalismo foi desencadeado, em nível global, o processo de reestruturação produtiva, implicando em novas estratégias de flexibilização do processo produtivo, visando-se, basicamente, a retomada da acumulação do capital. Entre as transformações já bastante conhecidas estão a globalização econômica e financeira, as políticas neoliberais e a Terceira Revolução Industrial.

Diante da crise do capitalismo contemporâneo, a reestruturação produtiva foi importante forma de resposta às crises porque as mudanças se dão não só na organização de produção e do trabalho, mas também na oferta de empregos.

Destacamos, aqui, algumas das conseqüências da chamada reestruturação produtiva: 1) redução do emprego industrial; 2) alteração da organização da produção (*just in time*, *lay out*, logística, redução do tamanho da planta, terceirização e parcerias com fornecedores); 3) redução do emprego na administração; 4) redução dos cargos de níveis hierárquicos (*downsizing*); 5) trabalho em "ilhas" no chão da fábrica; 6) trabalho mais qualificado; 7) maior treinamento dos empregados; 8) alteração na jornada de trabalho; 9) informatização do trabalho; 10) redução do emprego regulamentado nas atividades secundárias com a terceirização (segurança, alimentação, transporte, limpeza, entre outros) e racionalização do uso da mão-de-obra.

É preciso afirmar que tais mudanças estão voltadas para a busca de produtividade, de competitividade e têm, como consequência direta, a redução do emprego. Neste contexto, são visíveis as novas formas de produção e de gestão de trabalho, racionalizadoras e poupadoras de mão-de-obra, surgindo novos programas de redimensionamento dos empregos nas empresas e redução de níveis hierárquicos. Diante disso, as mudanças intensificaram as modificações no conteúdo, no significado, na natureza e nas relações de trabalho.

As transformações na organização do trabalho apontam para a constituição de um novo segmento de trabalhadores e de novas e embrionárias relações de trabalho: trata-se da crescente massa de trabalhadores que perde seus antigos direitos e, não se inserindo no novo padrão tecnológico, torna-se desempregada, marginalizada ou trabalha sob novas formas de trabalho e de qualificação, em relações de trabalho muitas vezes precárias e não-organizadas.

Nesse quadro, diante dessas mudanças, surgem, por um lado, novas funções que exigem maior qualificação e empenho em desenvolver atividades até então desconhecidas, e por outro lado, algumas profissões desaparecem, mudando-se a estrutura do mercado de trabalho, no Brasil e no mundo. Não é segredo que a grande maioria dos assalariados vem sofrendo incessante "deterioração" dos seus ganhos, acrescida da grande ameaça do desemprego.

É por causa desse quadro, no qual o sistema produtivo sofre mudanças marcadas por transformações na estrutura de produção e organização do trabalho, que a flexibilidade é a palavra de ordem do dia, apresentando-se de várias formas, como flexibilização da produção, flexibilização do mercado de trabalho, da organização do trabalho e das relações de trabalho.

Tais mudanças, *vis-à-vis* a nova ordem econômica mundial, têm levado a uma desordem aparente e à instabilidade, o que significa insegurança no trabalho, cuja demonstração mais clara e evidente é a expansão do desemprego em todo o mundo.

O desemprego não atinge apenas os países chamados subdesenvolvidos, mas se faz sentir, com muita intensidade, nos países do Primeiro Mundo. Vale frisar, entretanto, que considerar o desemprego

como um fenômeno mundial não significa negar suas especificidades nacionais (países capitalistas desenvolvidos, países ex-socialistas e o chamado Terceiro Mundo) e suas dimensões. Pode-se dizer, com clareza, que o desemprego tem sido resultado das transformações que se espralharam no mercado de trabalho e nas bases produtivas e organizacionais, engendradas pelo fenômeno da globalização e pelas sucessivas crises financeiras localizadas em um ou outro país.

No Brasil, a crise de emprego vem se manifestando, significativamente, a partir dos anos 1990, quando vai se consolidando a desestruturação do mercado trabalho, com a redução do trabalho assalariado com registro e o aumento dos índices de desemprego.

### 3. ALTERAÇÕES NA ESTRUTURA E DINÂMICA DO MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL NOS ANOS 1980 E 1990

No Brasil, em meados dos anos 1970, começam a se afirmar os sinais de rompimento da base de sustentação política do modelo desenvolvimentista até então defendido pelos diferentes governos militares. Já nos anos 1980, a situação alterou-se profundamente, levando-o à sua ruptura. A crise econômica que ocorreu no país, desde a primeira "crise do petróleo", abalou a conformação socioeconômica construída nas décadas de 1950-1970, que tinha como eixo a *industrialização* e o *Estado regulador* das relações internas e externas da economia nacional.

A desarticulação do padrão de desenvolvimento do Brasil aconteceu concomitantemente à emergência de um novo padrão tecnológico e produtivo em escala mundial, resultado de um processo de desestruturação da ordem econômica mundial e da crise que começava a atingir o mundo capitalista.

No Brasil, até a década de 1980, registrou-se um crescimento no emprego assalariado. Todavia, com o agravamento da crise da dívida e do padrão de desenvolvimento nacional, o quadro de crescimento do emprego foi alterado. Nesse período, o emprego assalariado com carteira cresce em proporção menor que o assalariamento sem carteira e a ocupação "por conta própria". Há um aumento das atividades informais

e busca de formas alternativas para se complementar o rendimento familiar, simultaneamente ao aumento da participação da mão-de-obra feminina e do emprego de crianças.

A década de 1980 foi marcada pela inflação e pelo baixo crescimento econômico, sendo considerada, por muitos economistas, como *década perdida*<sup>1</sup>. A estagnação da economia, acompanhada das elevadas taxas de inflação e dos impactos perversos dos planos de estabilização econômica (Plano Cruzado (1986), Plano Bresser (1987), Plano de Verão (1989), Plano Collor (1990), para citar alguns, levaram: 1) à queda do ritmo da expansão do emprego assalariado regular/formal urbano; 2) à elevação dos índices de desemprego; 3) ao crescimento de ocupações assalariadas sem registro formal; e 4) à precarização do mercado e das condições de trabalho. Essa queda no nível de emprego formal e no poder aquisitivo do assalariado resultou na redução do padrão de vida das classes trabalhadoras e, conseqüentemente, ao aumento da pobreza.

Dessa forma, nos anos 1980, as mudanças no âmbito econômico alteraram a dinâmica do mercado de trabalho, pois ocorreu um aumento do desemprego urbano e teve início a “deterioração” das condições de trabalho, com a ampliação da informalidade. No entanto, como nesse período as estruturas industrial e produtiva não estavam completamente desestruturadas, o desemprego e a precarização do trabalho ainda foram relativamente baixos, em virtude das intensas oscilações do ciclo econômico da década, do aumento do emprego no setor público e da preservação da estrutura industrial já constituída. Assim, tivemos períodos de recessão entre 1981/83, de recuperação/retomada do crescimento entre 1984/86 e de estagnação entre 1987/89.

Até a década de 1980, o desemprego oscilava de acordo com mudanças que ocorriam com a economia do país. Se havia crescimento econômico, o desemprego caía e vice-versa. Já nos anos 1990, a situação mudou, pois quando a atividade econômica crescia, não havia,

<sup>1</sup> Se, em termos econômicos, a década de 1980 foi considerada como “perdida”, em termos políticos e sociais, isto foi diferente, pois tivemos uma grande participação e atuação dos sindicatos e movimentos sociais; diferentemente do que acontecia no âmbito internacional, os trabalhadores procuraram se fortalecer, buscando novas propostas de organização e ação.

necessariamente, a recuperação do número de empregos perdidos na mesma proporção. Esse fato agravou-se com a abertura indiscriminada da economia às importações, que prejudicou alguns setores da indústria nacional (calçados, tecidos, brinquedos e autopeças), somando-se, a isso, a perda da capacidade de investimento e de geração de empregos por parte do Estado, pois nessa década muitas empresas estatais foram privatizadas, como Companhia Vale do Rio Doce (mineração), Usiminas (siderurgia), entre outras.

Nesse ínterim, diante da crise, as empresas buscaram se ajustar aos novos padrões produtivos e gerenciais (desverticalização, terceirização, subcontratação, novas relações entre empresas e estratégias), a fim de atender às novas exigências de competitividade, buscando estratégias industriais que permitissem o aumento da produtividade e a melhoria da qualidade de seus produtos para, assim, competir com produtos importados. Para isso, reduziram, ainda mais, seu quadro de trabalhadores.

O *just in time*, *downsizing* e a terceirização são expressões que fazem parte desse processo de reestruturação das empresas. Tais mudanças implicaram em transformações sociais importantes com o aumento da precarização das relações de trabalho, seguido do aumento da pobreza.

No Brasil, a década de 1990 foi marcada pela abertura comercial, pelas mudanças no processo produtivo e do trabalho, pela estabilidade monetária, pelo fim da capacidade de produzir postos de trabalho suficientes para atender a demanda das pessoas que atingem a idade de trabalhar (População em Idade Ativa). Acrescentando-se, a isso, a diminuição dos postos de trabalho no setor industrial e na agricultura. Nessa década, que muitos economistas chamam de “*década do desemprego*”, “*o país gerou 3,3 milhões de desempregados ao ritmo de um desocupado a cada 1,1 minuto*”.<sup>2</sup> Para completar esse quadro, sabe-se que houve crescimento da PIA em relação à PEA (População Economicamente Ativa), o que influenciou diretamente o aumento do desemprego.

<sup>2</sup> Conforme mostram os estudos de Pochmann (TOLEDO, 1998, p.3).

Neste cenário, o desemprego vem evoluindo significativamente, assumindo índices alarmantes, atingindo as regiões do país (de Norte a Sul), sendo mais acentuado nas regiões mais industrializadas do que nas outras. Pode-se dizer tudo o que foi afirmado é, fundamentalmente, resultado da abertura econômica, da reestruturação produtiva e da onda de privatizações, cuja consequência, como já foi afirmado, é redução dos postos de trabalho.

Pochmann (2001, p. 88 - 89), ressalta que:

[...] a partir de 1991, a economia brasileira alterou drasticamente sua relação com o desemprego mundial. Em 1999, representou 5,61% do total do desemprego no mundo, apesar de contribuir com 3,12% na PEA global. Em contrapartida, no ano de 1986, por exemplo, a participação do Brasil no desemprego mundial foi estimada em 1,68%, enquanto representava 2,75% da população ativa mundial. Em 1975, os trabalhadores brasileiros sem-emprego representavam 1,81% do desemprego mundial e a PEA nacional 2,50% da força de trabalho global.

No Brasil, a abertura econômica e o baixo crescimento produziram taxas elevadas de desemprego e alteraram a estrutura e a dinâmica do mercado de trabalho nos anos 1990. O problema do desemprego passa para a ordem do dia. Destarte, se nos anos 1980, a população brasileira temia a inflação, nos anos 1990, o medo da inflação foi substituído pelo do desemprego, que atinge pessoas de todas as faixas etárias, grau de escolaridade e camadas sociais.

Alguns autores (POCHMANN, 2001 e LEITE, 1995), afirmam que a educação é uma das saídas para o desemprego, porque as pessoas com menor escolaridade estão sem emprego. Por outro lado, vale frisar que nos últimos anos, o desemprego tem atingido também os mais "escolarizados", uma vez que os avanços do processo de modernização e de reestruturação das empresas seguem provocando reduções nos níveis ocupacionais, sobretudo aqueles de maior escolaridade, conforme afirma, Branco (1999).

Nos anos 1990, verificou-se uma diminuição do emprego no setor público, resultado das privatizações e do próprio "enxugamento" da máquina do Estado. Assim, a redução dos gastos e investimentos governamentais na área social paralisou a criação dos empregos no setor público.

Com as privatizações das empresas estatais, o Estado perdeu o papel de "empreendedor", já que tirou, de seu controle, setores antes estratégicos (siderurgia, telecomunicações etc.). As privatizações também contribuíram com a redução dos postos de trabalho, pois os novos donos das empresas privatizadas realizaram mudanças nas formas de administração do pessoal e nos processos produtivos.

Nessa direção, Pochmann (2001, p. 119), afirma que, nos anos 1990, houve

[...] demissão de funcionários públicos não estáveis pelo poder executivo federal, por meio de adoção de programas de demissão voluntária, do fechamento de organismos estatais, da privatização e de aprovação da reforma administrativa indicam uma firme intenção governamental visando o enxugamento do pessoal.

Esse processo de privatização desenfreada (setores de telefonia, financeiro, siderurgia, mineração, transporte ferroviário etc.) suprimiu milhares de empregos.

A abertura comercial e financeira colocou a economia brasileira à mercê da competição internacional, o que levou à redução da produção e do emprego nacional e tornou as empresas enfraquecidas diante de suas concorrentes internacionais. Procurando superar suas limitações elas passam, então, a buscar novas estratégias industriais, novas formas de organização de produção e de trabalho, a implantar a terceirização de suas atividades, abandonar linhas de produção, fechar unidades, racionalizar a produção, importar máquinas e equipamentos, buscar parcerias, realizar fusões, *linkages*<sup>3</sup> e reduzir custos, sobretudo da força de trabalho.

<sup>3</sup> Linkages: ligações funcionais de produção entre as empresas.

As normas de padronização internacional, conhecidas como ISO (International Standard Organization)<sup>4</sup> na produção e nos serviços passaram a ser, cada vez mais, constantes na operacionalidade de uma empresa, expressando novas condutas empresariais em busca de qualidade na produção dos bens e serviços.

Tais mudanças promoveram a desintegração/desarticulação da cadeia produtiva, acarretando a "destruição" de parte significativa da estrutura produtiva e do emprego, ao invés de gerá-los. Como as empresas buscam se adaptar as novas exigências de competitividade, para aumentar a produtividade e qualidade dos produtos, elas vão se "racionalizando" e modernizando a produção, reduzindo os postos de trabalho, realizando mudanças organizacionais e tentando flexibilizar os contratos de trabalho; em contrapartida, os trabalhadores que permaneceram ligados às empresas, tiveram suas obrigações trabalhistas aumentadas e passaram a trabalhar mais para realizar suas tarefas e garantir seu emprego.

Dessa forma, elas promovem alterações na estrutura e na dinâmica do mercado de trabalho. Os resultados das mudanças têm sido: 1) redução do assalariamento com registro (setor formal); 2) a elevação do subemprego e do desemprego; 3) a ampliação da economia informal. Todos esses resultados favorecem a expansão da pobreza e a precarização das condições e das relações de trabalho<sup>5</sup>.

<sup>4</sup>A ISO - Organização Internacional para Normatização, com sede em Genebra, Suíça, foi fundada em 1947. O certificado ISO tem, como objetivo, criar oportunidades de mercado. É um conjunto de regras para garantir a qualidade que são aceitas no mundo todo. Deste modo, o certificado ISO numa empresa representa o alcance de um padrão internacional em seus processos produtivos. No Brasil, as empresas que mais possuem esse certificado estão no Estado de São Paulo e nos estados da região Sul.

[...] ISO 9000 (regula a qualidade de gestão), ISO 9001 (regula o desenho, a produção e a instalação), ISO 9002 (regula especificamente a produção e a instalação da empresa), ISO 9003 (regula a inspeção final do produto) e ISO 9004 (regula a qualidade da gestão e dos diferentes elementos do sistema produtivo (POCHMANN, 2000, p.49-50).

ISO 14000: "conjunto de normas cuja função principal é disciplina, em âmbito mundial, no esforço empreendido pelas empresas para a melhoria do trato ambiental" (SEADE, 1999, p.58). Esse tipo de ISO é conhecido como "ISO Verde".

<sup>5</sup>Precarização das condições de trabalho é o aumento do caráter precário das condições de trabalho, com a ampliação pode ser identificada pelo aumento do trabalho por tempo determinado, sem renda fixa, em tempo parcial, enfim, pelo que se costuma chamar de bico. Em geral, a precarização é identificada com a ausência de contribuição à previdência social e, portanto, sem direito à aposentadoria. [...] Precarização das relações de trabalho: é o processo de deterioração das relações de trabalho, com a ampliação da desregulamentação, dos contratos temporários, de falsas cooperativas de trabalho, de contratos por empresas ou mesmo unilaterais. (MATTOSO, 1999, p. 8).

Essas mudanças, esboçadas anteriormente, têm sido, também, observadas em Presidente Prudente, cidade de porte médio do Estado de São Paulo, mesmo que numa amplitude menor. Sendo assim, as mudanças globais e nacionais refletem-se no local, atreladas à própria dinâmica econômica regional. Em cada lugar, elas apresentam suas particularidades. Por essas razões, entendemos a importância dos geógrafos compreenderem os processos de transformações que se dão em todo o mundo e que se refletem até nos menores lugares, como salienta Santos (1988).

#### 4. MUDANÇAS NA ESTRUTURA NO MERCADO DE TRABALHO

A cidade de Presidente Prudente, que contava com 185 150 habitantes, segundo o Censo do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) de 2000, localiza-se no extremo Oeste do Estado de São Paulo, integrando a 10ª Região Administrativa. Economicamente, na cidade, predomina o setor de serviços seguido do comercial. Essa cidade exerce influência regional, pois reúne vários serviços especializados (Universidades: UNESP - Universidade Estadual Paulista, UNOESTE - Universidade do Oeste Paulista e Instituição Toledo de Ensino), *shopping centers*, cursos técnicos (SENAI - Serviço de Aprendizagem Industrial, SENAC - Serviço de Aprendizagem Comercial, entre outros), o que leva muitas pessoas das cidades pequenas mais próximas a se deslocarem até ela para trabalhar, estudar, fazer compras e procurar serviços mais especializados.

Nos últimos anos, tem se verificado muitas mudanças na estrutura do emprego em Presidente Prudente. De acordo com dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e do SEADE (Sistema Estadual de Análise de Dados), nos anos 1980, havia maior participação dos empregos no setor de comércio seguido da indústria. A partir dos anos 1990, houve alterações, ocorrendo uma predominância do pessoal ocupado no setor de serviços seguido pelo comércio e redução no setor industrial (cf. Tabela 1).

Tabela 1 Presidente Prudente: Estrutura de empregos urbanos - 1980 - 1996

Atividades	Números de Empregos											
	1980	%	1985	%	1990	%	1993	%	1996	%		
Comércio	6264	43,59	9065	49,67	10110	30,02	10029	32,28	10963	28,92		
Serviços	3439	23,93	3830	20,98	16554	49,15	15056	48,45	20479	54,02		
Indústria	4666	32,47	5352	29,33	7011	20,81	5989	19,27	6461	17,04		
Total	14369	100	18247	100	33675	100	31074	100	37903	28,92		

Fonte: IBGE, Censos Industrial, 1980;  
Fundação SEADE (1993) apud. DUNDES, 1998  
Perfil Municipal 1980 - 1991, São Paulo: FUNDAÇÃO SEADE, 1993, v. 8.  
Prefeitura Municipal, 1996

Já os dados da RAIS/MTE (Relação Anual de Informações Sociais/Ministério do Trabalho e Emprego) mostram que houve alterações a partir de meados dos anos 1980, ocorrendo uma predominância do pessoal ocupado no setor de serviços, seguido do setor comercial e uma redução do pessoal ocupado no setor industrial (cf. Tabela 2).

Tabela 2 Município de Presidente Prudente: Empregos em 31/12 - 1982-1999

Sectores	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Indústria	4 607	5 905	5 893	6 345	6 747	6 224	5 279	4 906	4 658	5 756	5 871	5 513	5 513	4 570	5 363
Construção Civil	1 956	2 502	2 114	2 094	2 672	1 990	2 115	7 328	3 396	3 986	4 723	4 432	4 092	3 094	2 990
Comércio	7 220	8 550	8 397	8 803	9 386	8 860	7 920	7 328	7 159	9 426	9 147	8 707	9 460	9 928	9 450
Serviços	14 391	14 109	14 437	13 158	14 282	15 448	15 368	14 268	14 208	13 588	17 770	17 807	18 663	18 751	18 220
Agrupamento: Est. Vegetal, Cação e pesca	173	210	72	52	170	1 777	119	281	281	479	710	581	590	490	549
<b>Total</b>	<b>28 407</b>	<b>31 276</b>	<b>30 713</b>	<b>32 452</b>	<b>33 457</b>	<b>32 298</b>	<b>30 821</b>	<b>29 008</b>	<b>29 756</b>	<b>33 235</b>	<b>38 230</b>	<b>37 237</b>	<b>38 316</b>	<b>39 933</b>	<b>36 583</b>

Fonte: MTE/RAIS/1985 - 1999

Sendo assim, numa escala local, também vêm acontecendo as mudanças estruturais que provocam o desemprego, e que são discutidas pelos especialistas em escala nacional ou global. Verificou-se que a participação das indústrias na absorção da população economicamente ativa vem diminuindo significativamente nos últimos anos, sobretudo a partir da década de 1990, pois está havendo uma redução dos postos de trabalho. Em 1980, o setor industrial tinha participação de 32,47% no total de empregos e, em 1996, de 17,04% (cf. Tabela 1). Pode-se dizer que o resultado disso foi o fechamento de empresas, e as que permanecem na ativa continuam reduzindo seu quadro de funcionários através do redimensionamento da mão-de-obra, da terceirização de algumas atividades e da automatização do processo produtivo.

Nesse quadro, cabe ressaltar que, além da queda de empregos na indústria, ocorreu, também, uma redução da participação na construção civil. Esse fato contribuiu, ainda mais, para o aumento do desemprego nessa cidade nos últimos anos, já que, em todos os setores de atividade econômica, houve queda nas admissões de trabalhadores.

Nesse período, além da diminuição dos postos de trabalho, tem-se observado a redução no número de admitidos, detectada pela diminuição do número de contratos com carteira assinada, o que pode ser definido, sem margem de erro, como indicio da precarização do mercado de trabalho em Presidente Prudente. Cabe ressaltar que essa tendência, verificada em Presidente Prudente através da busca de dados empíricos junto às empresas e aos trabalhadores, que se trata da redução dos contratos de trabalho com carteira assinada, tem sido observada em todo o Brasil.

De modo geral, em todos os setores de atividades econômicas em Presidente Prudente, houve oscilação entre crescimento e redução de empregos. A diminuição dos postos de trabalho deve-se a vários fatores, locais e nacionais. Os fatores locais referem-se à falta de investimentos no setor, à guerra fiscal e à redução numérica da força de trabalho nas empresas ativas. Algumas delas buscam a automação e ao fechamento de estabelecimentos, o que contribui para redução de seu quadro de funcionários. Quanto aos fatores nacionais, eles são definidos pela própria dinâmica econômica nacional, como já foi demonstrado anteriormente.

## 8. A FALTA DE EMPREGO E A INTERMEDIÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

Diante da falta de emprego na cidade de Presidente Prudente e região, muitas pessoas são levadas a procurar a Secretaria de Emprego e Relações de Trabalho (SERT) em busca de oportunidades de trabalho. A maioria delas está desempregada, outras estão fazendo "bicos" no setor informal e procuram um emprego regulamentado ou, ainda, há as pessoas que estão procurando emprego pela primeira vez. Em junho de 2000, essa secretaria possuía 22 905 pessoas cadastradas. A partir dos



dados da SERT, pretendemos mostrar o perfil das pessoas cadastradas que buscavam emprego nesse ano.

De modo geral, as pessoas cadastradas na SERT à procura de emprego possuem de 21 a 31 anos (36,44%); maior parte é constituída por solteiros (48,36%); a maioria dos cadastrados é do sexo masculino (54%); 83,31% são de Presidente Prudente (os bairros com maior concentração de cadastrados à procura de emprego, correspondem aos bairros periféricos e de população de menor poder aquisitivo: são eles, Brasil Novo - Zona Norte; Jardins Cambuci, Paraíso, e Chácara Marisa - Zona Leste), e 16,69% pertenciam às outras cidades da região. As cidades que possuíam maior percentual de cadastrados são, pela ordem: Álvares Machado (4,23%), Regente Feijó (2,40%), Pirapozinho (2,32%), Santo Anastácio (1,67%) e Martinópolis (0,97%).

No que se refere ao grau de escolaridade, 39% dos cadastrados possuíam o Ensino Fundamental incompleto. Esse nível de instrução pode comprometer o candidato no momento de arranjar um emprego, já que muitas empresas estão exigindo o Ensino Médio e até mesmo Ensino Superior, conforme informações obtidas com o levantamento junto às empresas industriais de Presidente Prudente. Como nem todos os cadastrados possuem as exigências do mercado de trabalho, que busca pessoas com maior grau de escolaridade e qualificação profissional, nem todas as vagas ofertadas são, comumente, preenchidas. Por outro lado, vale ressaltar que o número de vagas é reduzido em comparação com o grande número de pessoas que são cadastradas e, além disso, não há, por parte das empresas prudentinas, a cultura/ou tradição de se fazer contratação de seus empregados via SERT.

A exigência de escolaridade faz parte das próprias mudanças pelas quais passa o mercado de trabalho, pois as empresas buscam funcionários com maior escolaridade para facilitar o próprio relacionamento entre empresa e funcionários e, também, para a manipulação dos equipamentos que exigem um certo grau de conhecimento.

Não obstante, o nível de escolaridade da mão-de-obra constitui um indicador importante para a qualidade da força de trabalho. No Brasil,

o nível de escolaridade ainda é muito baixo, pois a média de escolaridade é de apenas 3,9 anos.

Pochmann (1999, p.97), ressalta que

[...] a educação torna-se cada vez mais uma condição necessária para o emprego da mão-de-obra, a oferta de trabalho tende a estar mais identificada com a busca de maior qualificação profissional. A escolaridade passa a ser um recurso inadiável de elevação da qualidade da mão-de-obra, já que há correlação direta entre baixa escolaridade e baixa qualidade ocupacional, sem ser uma panacéia de resolução do problema do emprego nacional.

Quanto ao nível de qualificação profissional, de acordo com os dados referentes até o ano de 1998, verificou-se que 61% dos cadastrados possuíam qualificação profissional considerada baixa, segundo os dados da SERT.

Ultimamente, observa-se que o desemprego passa ser uma responsabilidade do próprio desempregado, cabendo a ele procurar por formação profissional e requalificação, o que vem sendo chamada de "empregabilidade", conforme afirma Mattoso (1999).

Atualmente, a qualificação profissional é um dos quesitos mais importantes para as empresas na contratação de seus funcionários. Por outro lado, é importante ressaltar que não estão desempregadas apenas as pessoas que não possuem qualificação, pois o desemprego, no Brasil, hoje, atinge todas as camadas sociais, já que está havendo uma redução dos cargos hierárquicos dentro das empresas, com a redução de cargos executivos ou porque as pessoas possuem diploma e não têm experiência profissional e, por isso, não conseguem se inserir no mercado de trabalho.

Um aspecto positivo que foi observado em Presidente Prudente, é que nos últimos anos, a procura de emprego por intermédio da SERT tem crescido significativamente. Não obstante, a oferta de vagas é reduzida e nem todas as vagas oferecidas foram preenchidas. Isso quer dizer que muitas pessoas permaneceram desempregadas.

Outro dado relevante é que o número de vagas ofertadas e admissões é reduzido em comparação com o grande número de cadastrados, mesmo que os encaminhados às vagas sejam selecionados de acordo com o perfil traçado pelas empresas. Isto se deve à pouca qualificação dos cadastrados, que não atendem às exigências das empresas que ofertam as vagas, pois elas buscam, cada vez mais, um trabalhador qualificado e com certo grau de escolaridade.

A falta de emprego atinge não apenas a cidade de Presidente Prudente, mas também as cidades vizinhas, o que leva as pessoas a se deslocarem em busca de oportunidades de trabalho em outras cidades, principalmente Presidente Prudente, numa demonstração da falta de orientação ao trabalhador, tanto por parte dos sindicatos como dos empregadores ou de organismos governamentais destinados a esse fim. O desemprego tem papel fundamental na mobilidade territorial da força de trabalho, o que ficou bem claro na pesquisa realizada junto aos trabalhadores das cidades de Álvares Machado, Pirapozinho e Regente Feijó.

Na maioria das vezes, as pessoas se deslocam de um lugar para outro em função do trabalho (para *exercer uma profissão* ou para *procurar emprego*). Isto é cada vez mais freqüente e se dá tanto nas regiões metropolitanas quanto entre cidades médias, como é o caso de Presidente Prudente. Isso é bem visível, pois o grande número de deslocamentos diários, tanto de pessoas em busca de emprego quanto de pessoas que têm emprego em Presidente Prudente, ou aqueles que demandam serviços especializados, presentes nessa cidade e ausentes ou insuficientes nas cidades pequenas de origem, que podem ser consideradas verdadeiras “cidades dormitórios” (aquelas das quais as pessoas saem de casa pela manhã e retornam ao final do dia).

Presidente Prudente torna-se, assim, um centro de referência para as populações das várias pequenas cidades vizinhas. O fluxo pendular diário, até Presidente Prudente, assume um caráter bastante acentuado e bem visível, não obstante seja difícil estabelecer o seu volume em termos quantitativos.

Essa cidade, desta forma, acaba “drenando” as cidades vizinhas, ou seja, polarizando o seu entorno. Como as cidades pequenas não possuem oferta de emprego para toda a demanda, notadamente esses trabalhadores procuram as cidades maiores em busca de trabalho, engrossando assim as fileiras à procura de emprego.

## 6. O SETOR INDUSTRIAL E AS MUDANÇAS NO MERCADO DE TRABALHO

Com o objetivo de se avaliar as mudanças no mercado de trabalho industrial em Presidente Prudente, tentando-se verificar se houve influências, no âmbito local, das transformações no âmbito global, nacional e local, foram pesquisadas 32 empresas, nas quais foram aplicados questionários, e foram entrevistados alguns empresários.

O setor industrial em Presidente Prudente é, basicamente, constituído por micro e pequenas empresas, embora as médias empresas sejam as que mais empregam. Os setores alimentícios e de curtume são os ramos mais importantes na geração de empregos.

Do total de empresas pesquisadas, 71,87% possuem força de trabalho de outras cidades; dentre essas, as que mais ofertam força de trabalho para as empresas prudentinas são, pela ordem, Pirapozinho, Álvares Machado, Regente Feijó e Martinópolis. Do total de 32 empresas, 09 possuem trabalhadores apenas de Presidente Prudente.

Nas empresas pesquisadas, ficou clara a exigência do Ensino Médio como grau de escolaridade, fato que dificulta a entrada de muita gente no mercado de trabalho. A maioria (20 empresas ou 62,5%) possui políticas de recursos humanos para melhor qualificar seus empregados (treinamento interno e externo à empresa). Observou-se que o investimento em treinamento de empregados parece ser significativo, principalmente através de atividades realizadas no SENAI e no SENAC. Assim, há um grande percentual de empresas que se preocupam em treinar seus empregados, visando, em primeiro lugar, melhor relacionamento entre empresa e trabalhadores e, num segundo plano, a necessidade de boa manipulação de máquinas e equipamentos.

Diante das mudanças resultantes da reestruturação produtiva, as empresas nacionais buscam se adequar às normas e padrões internacionais, com a implantação de programas de qualidade total, ISO 9000, terceirização, entre outros. Elas buscam se adaptar às novas exigências de competitividade para aumentar sua produtividade e qualidade dos produtos. Os investimentos para esse fim vão desde o setor produtivo até políticas de recursos humanos.

Os dados empíricos revelaram que a implantação de normas e padrões, como a ISO 9000, nas empresas prudentinas ainda é pouco significativa, já que apenas uma das empresas pesquisadas possui o certificado ISO 9002.

Do total de empresas pesquisadas, 22 possuem políticas de inovação tecnológica nos setores de recursos humanos, organização do trabalho, produção, comercialização e gerenciamento, e 10 não responderam. As empresas que mais investem em tecnologias pertencem aos ramos de alimentos/bebidas, eletroeletrônica, agropecuária, implementos rodoviários, artigos para festas e sucroalcooleiro.

Os dados do SEADE<sup>6</sup> mostraram que está ocorrendo uma redução do contrato de carteira assinada no mercado de trabalho prudentino. Na pesquisa empírica, das empresas visitadas, em 07 delas pudemos constatar a presença de estagiários, assalariados sem registro e por contrato. Já para os trabalhadores entrevistados, a presença de assalariados foi maior: de 77% a 82%, e os demais estavam distribuídos entre os sem registro, trabalhadores temporários e autônomos, sendo que o maior percentual era dos trabalhadores sem registro (8% a 11%). É preciso salientar, mais uma vez, que esse tipo de contrato contribui para a precarização das relações de trabalho.

Quanto à organização do trabalho, observou-se uma tendência à multifuncionalidade por parte dos funcionários, pois 24 empresas declararam ser objetivo o desenvolvimento de múltiplas funções, visando sua capacitação e requalificação para atender novas funções de produção. Os trabalhadores deixam de lado as características do fordismo,

<sup>6</sup>Produtos SEADE. Mercado de trabalho. Disponível em :<http:// www.seade.gov.br. Acesso em junho de 2000.

que implica no desenvolvimento de uma única função, e passam a desenvolver múltiplas funções.

Azeredo (1998, p.167), aponta que

[...] as profundas mudanças na estrutura produtiva e no paradigma tecnológico impuseram transformações nos processos de trabalho, no qual a versatilidade do trabalhador passa a ser uma exigência crucial, fazendo com o treinamento exigido adquira um caráter multidisciplinar, com a revalorização dos conteúdos próprios da educação geral, em detrimento do treinamento específico.

Para Ianni (1996), o padrão flexível de organização de produção modifica as condições sociais e técnicas de organização do trabalho, tornando-se, o trabalhador, polivalente. A polivalência e a multifuncionalidade procuram romper com a lógica da especialização intensiva do trabalhador, típica do fordismo.

Nas empresas, hoje, há maior polivalência do trabalhador, organização em grupos de trabalho, introdução de sistemas participativos e abertos para decisões com maior diálogo e treinamento do pessoal de administração e produção. Estas são características do novo estilo gerencial, resultante das próprias mudanças no mundo do trabalho, como mostra Pochmann (2001). Tais transformações alteram, significativamente, a organização do trabalho.

Outra tendência foi observada nas empresas pesquisadas – a terceirização. Elas terceirizam várias atividades (contabilidade, assistência técnica, manutenção) para melhor investir na produção, buscando aumentar a produtividade e qualidade de seus produtos, também, para redução de custos, especialmente de mão-de-obra.

Do total das empresas industriais entrevistadas em Presidente Prudente, 20 delas (62,50%) possuem algumas de suas atividades terceirizadas e, em 12 (37,50%), não há terceirização. Quanto às atividades terceirizadas, apareceram contabilidade, assistência técnica, comercialização, manutenção ligada à produção, fabricação, outros (restaurante, desenvolvimento de sistema para computação, fornecimento de alguns componentes, serviços de apoio, transporte, assessoria e

consultoria). Dessas atividades, as que mais apareceram foram a contabilidade (12 empresas), pois elas contratam escritórios especializados - isso é mais visível nas micro e pequenas empresas - e também assistência técnica (08), comercialização (04); 03 empresas terceirizam parte da fabricação dos produtos e alguns componentes, e uma terceiriza a pesquisa e desenvolvimento (P&D, criação). Segundo vários depoimentos de empresários, o objetivo das empresas é produzir e especializar-se na produção e, por isso, acabam terceirizando as atividades consideradas secundárias.

A terceirização torna-se um mecanismo eficaz para reduzir custos, programas sociais, impostos, além dos problemas de ociosidade, pois os defeitos passam a ser de responsabilidade dos terceirizados. Com isso, a empresa provoca diminuição do emprego sem, no entanto, diminuir sua produtividade e ou piorar a qualidade dos seus produtos.

## 7. PALAVRAS FINAIS

Diante das mudanças na organização do processo produtivo e do trabalho, a terceirização e a multifuncionalidade parecem ser uma tendência nas empresas neste início de século XXI. Neste estudo, ficou claro que ocorreram transformações no mercado de trabalho prudentino e, conseqüentemente, um aumento do desemprego na cidade, pois a investigação empírica vem comprovar algumas das transformações ocorridas em Presidente Prudente e cidades vizinhas.

De acordo com os dados empíricos, as causas do desemprego em Presidente Prudente, são decorrentes dos resultados da própria dinâmica econômica nacional, vinculada à local/regional, por causa do fechamento de empresas decorrentes de processos desencadeados por guerra fiscal, recessão, impostos etc., deixando inúmeras pessoas desempregadas com a redução dos seus quadros. Sendo assim, as causas do desemprego são de ordem estrutural e não, necessariamente e apenas, tecnológica, pois esse nível de exigência apresenta-se baixo, apesar de que, em algumas empresas, houve redução dos funcionários por causa da automação. Essas conclusões lembram

que se deve levar em consideração que cada lugar guarda suas especificidades e que nenhum deles está isolado do resto do mundo, pois cada um sofre com as transformações nacionais e mundiais, mesmo que em ritmo mais lento e amplitude menor.

Vimos, através da pesquisa, que as mudanças estruturais afetaram o mercado de trabalho, contribuindo para o aumento do desemprego. Diante dessa situação, cabe não apenas a implantação de políticas públicas de combate ao desemprego, mas também políticas estruturais, econômicas e sociais em âmbito nacional, estadual, regional e local para reestruturar o mercado de trabalho, buscando a geração de empregos e renda para aquela população que "engrossa" as fileiras à procura de emprego, cujo exemplo é o grande número de pessoas que procuram emprego através da SERT. Vale frisar que é necessário, finalmente, que se leve em consideração as especificidades do mercado de trabalho. Esse é o grande desafio neste limiar do século XXI.

## 8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2000.
- AZEREDO, Beatriz. **Políticas públicas de emprego: a experiência brasileira**. São Paulo: ABET, 1998, v.1. (Teses & Pesquisas).
- BALTAR, Paulo. E. A. Estagnação de economia, abertura e crise do emprego urbano no Brasil. **Economia e Sociedade**. Campinas: IE/ UNICAMP, p. 75-111, jun. 1996.
- BARBOSA DE OLIVEIRA, Carlos Alonso; MATTOSO, Jorge E. L. (org.). **Crise e trabalho no Brasil**. São Paulo: Scritta, 1996.
- BENKO, Georges. **Economia, espaço, globalização na aurora do século XXI**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- BRANCO, Pedro Paulo Martoni. Informação e missão institucional pesquisa desvenda economia paulista. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo: SEADE, v.13, n.1-2, p. 3-17, jan./jun., 1999.
- CACCIAMALI, Maria Cristina. Desaceleração econômica e planos de estabilização: impactos sobre o mercado de trabalho. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo: SEADE, v. 5, n.1,p.52-58, jan./mar., 1991.

CARLEIAL, Liana; VALLE, Rogério (org.). **Reestruturação Produtiva e o Mercado de Trabalho no Brasil**. São Paulo: Hucitec/ABET, 1997.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. A era da informação: economia, sociedade e cultura. 4ªed. São Paulo: Paz e Terra, 1999, v.1.

**CENSO INDUSTRIAL**. Rio de Janeiro: IBGE,1970 - 1980.

**CENSOS ECONÔMICOS**. Rio de Janeiro: IBGE, 1960, 1970, 1980 - 1985.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

COUTINHO, Luciano. A Terceira Revolução Industrial e Tecnológica: as grandes tendências de mudança. **Economia e Sociedade**. Campinas: UNICAMP/IE, n.1, p.69-87, ago. 1992.

DE MASI, Domenico. **O futuro do trabalho**: fadiga e ócio na sociedade pós-industrial. Tradução de Yadyr A. Figueiredo. 2ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, Brasília:UNB, 1999.

DUNDES, Ana Cláudia. O processo de (des)industrialização e o discurso desenvolvimentista em Presidente Prudente-SP. 1998. Dissertação (Mestrado em Geografia) Faculdade de Ciências e Tecnologia - Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

DUPAS, Gilberto. **Economia global e exclusão social**: pobreza, emprego, estado e o futuro do capitalismo. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 1993.

LACERDA, Antonio Corrêa de. **Impacto da globalização na economia Brasileira**. São Paulo: Contexto, 1998.

LEITE, Elenice M. Educação, trabalho e desenvolvimento: o resgate da qualificação. **Em aberto**. Brasília, [s.n], n. 65, p.5-17 jan./mar., 1995.

LEITE, Elenice M. Reestruturação Industrial, cadeias produtivas e qualificação. In: CARLEIAL, Liana; VALLE, Rogério (org.). **Reestruturação produtiva e o mercado de trabalho no Brasil**. São Paulo: Hucitec/ABET, 1997, p.140-166.

MATTOSO, Jorge E. L. **A desordem do trabalho**. São Paulo: Scritta, 1995.

\_\_\_\_\_. **O Brasil do desempregado**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.

\_\_\_\_\_.; POCHMANN, Márcio. Mudanças estruturais e trabalho no Brasil. **Economia e Sociedade**. Campinas: UNICAMP, n.10, 1998.

OLIVEIRA, Marco Antonio de (org.) **Reforma do Estado e políticas de emprego no Brasil**. Campinas: UNICAMP/IE, 1998.

**PERFIL MUNICIPAL** São Paulo: SEADE, 1990.

**PERFIL MUNICIPAL-1980-91**. Regiões Administrativas de Aracatuba e Presidente Prudente. São Paulo: SEADE, 1993, v.8.

POCHMANN, Marcio. **O trabalho sob fogo cruzado**. São Paulo: Hucitec, 1999.

\_\_\_\_\_. **O emprego na globalização**: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu. São Paulo: Boitempo, 2001.

#### OUTROS:

Fonte: **PREFEITURA MUNICIPAL**. Presidente Prudente, 1996.

Home Page:

Produtos SEADE. Mercado de trabalho. São Paulo: FUNDAÇÃO SEADE online, 2000. Apresenta informações sobre redução do número empregados com carteira assinada. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br>>. Acesso em jun. 2000.